

O TRIUNFO DE TANATOS: HIPNOCAPITALISMO E SOCIOMETABOLISMO DA BARBÁRIE¹

Giovanni Alves²

Resumo

Neste ensaio iremos apresentar elementos teórico-crítico para caracterizar o sociometabolismo da barbárie. Abordaremos a crise do Estado capitalista e a diferença entre liberalismo social e neoliberalismo. Trataremos a barbárie social em primeiro lugar, como sendo uma forma histórico-concreta do processo de subjetivação na era da crise estrutural do sistema do capital. É a partir daí que discutiremos o conceito de “hipnocapitalismo” ou novo capitalismo manipulatório; ou ainda, a teoria do estranhamento (a partir de Lukács) e as formas ideológicas do particularismo ou os identitarismos sociais.

Palavra-chave: subjetividade; neoliberalismo; barbárie social; estranhamento.

EL TRIUNFO DE TANATOS: HOPOCAPITALISMO Y SOCIOMETABOLISMO DE LA BARBARIE

Resumen

En este ensayo presentaremos elementos teórico-críticos para caracterizar el sociometabolismo de la barbarie. Abordaremos la crisis del estado capitalista y la diferencia entre social liberalismo y neoliberalismo. Nos ocuparemos de la barbarie social en primer lugar, como forma histórico-concreta del proceso de subjetivación en la era de la crisis estructural del capital. Es a partir de ahí que discutiremos el concepto de “hipnocapitalismo” o nuevo capitalismo manipulador; o incluso, la teoría del extrañamiento (de Lukács) y las formas ideológicas del particularismo o identidad social.

Palabras clave: subjetividad; neoliberalismo; barbarie social; extrañamiento.

THE TRIUMPH OF THANATOS: HYPOCAPITALISM AND SOCIOMETABOLISM OF BARBARISM

Abstract

We will present theoretical-critical elements to characterize the sociometabolism of barbarism. We will address the crisis of the capitalist state and the difference between social liberalism and neoliberalism. First, I will approach the social barbarism as a historical-concrete form of the process of subjectivation in the era of the structural crisis of capital. I will discuss the concept of “hypnocapitalism” or new manipulative capitalism; and the theory of estrangement (from Lukács) as a ideological forms of particularism or social identitarism.

Keyword: subjectivity; neoliberalism; social barbarism; estrangement.

¹Artigo recebido em 13/03/2023. Primeira avaliação em 15/03/2023. Segunda avaliação em 23/03/2023. Aprovado em 02/04/2023. Publicado em 13/04/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i44.57714>.

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo - Brasil. Professor livre-docente da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, São Paulo - Brasil. E-mail: giovanni.alves@unesp.br.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8745252518066333>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7745-855X>.

Introdução

Tanatos é uma figura da mitologia grega que representa a personificação da morte. Na mitologia grega, ele é frequentemente descrito como um ser alado, vestindo uma capa preta e carregando uma espada ou uma tocha para guiar as almas dos mortos ao seu destino. De acordo com a mitologia, Tanatos era filho da deusa Nix, a personificação da noite, e irmão gêmeo de Hipnos, o deus do sono. Acredita-se que Tanatos seja implacável e inevitável, e que não pode ser enganado ou subornado.

A barbárie social representa o triunfo de Tanatos. Ela é a forma do sociometabolismo em meio às condições históricas do capitalismo senilizado. Conforme a mitologia grega, mencionada anteriormente, a mãe de Tanatos é a deusa Nix, a personificação da noite. O 'capitalismo crepuscular' (FINESCHI, 2022)³; também denominado como *twilight capitalism* (SMITH, BUTOVSKI e WATTERSON, 2021) ou ainda “capitalismo terminal” (PIQUERAS, 2022); é também o que podemos considerar como o “capitalismo noturno”, em que as relações sociais de produção da vida social se convertem em produção da morte do processo civilizatório. Na mitologia grega, Tanatos é irmão gêmeo de Hipnos, o deus do sono⁴. Nesse sentido figurado, o capitalismo em sua fase de crise estrutural, é o hipnocapitalismo. Dessa forma, a sociedade neoliberal configura-se como a sociedade de Hipno, ou seja, um mundo social em que o poder da Ideologia adormece a consciência crítica e invalida a oposição de classe (ALVES, 2022).

Neste ensaio, apresentaremos elementos teórico-críticos para caracterizar o *sociometabolismo da barbárie* no século XXI. Iremos promover um diálogo possível entre marxismo e psicanálise para desvendar os fundamentos ontológicos da barbárie

³ “Capitalismo crepuscular” significa que o modo de produção capitalista está entrando em um estágio específico e avançado de seu desenvolvimento em que as dinâmicas de valorização entraram numa dimensão em que é cada vez mais difícil realizar-se. Isto é acompanhado por crescentes fenômenos especulativos de valorização fictícia, desemprego em massa irremediável e – salienta ele - uma crise dos pressupostos fundamentais da ideologia burguesa tradicional, em particular de sua pedra angular: a categoria de “pessoa” e seus direitos universais”.

⁴ Hipnos é o deus grego do sono e dos sonhos. Na mitologia grega, ele é frequentemente representado como um jovem com asas nos ombros e portando um ramo de papoulas. Segundo a lenda, Hipnos vivia em uma caverna escura no submundo e era filho de Nix, a deusa da noite, e irmão gêmeo de Tânatos, a personificação da morte. Hipnos é considerado um deus benevolente que ajuda os mortais a dormir e descansar, mas também pode ser usado como uma ferramenta pelos deuses para manipular os humanos. Ele é frequentemente mencionado na literatura grega, incluindo a *Ilíada* e a *Odisseia* de Homero. Além disso, a palavra “hipnótico” deriva do nome Hipnos devido à crença de que ele poderia induzir o sono nas pessoas (GRIMAL, 1951).

social⁵. Neste ensaio, nossa hipótese é de que a barbárie social é uma forma de subjetivação humana organizada a partir do "ensimesmamento" ou do particularismo enquanto expressão superior da coisificação e do fetichismo social. A sociedade da barbárie social caracteriza-se pela concorrência exacerbada, pelo predomínio do "narcisismo da pequena diferença" e pelas formas de ultraviolência social, tais como, por exemplo, o assédio moral. Além de ser uma forma de subjetivação humana alienada, o sociometabolismo da barbárie é também um modo de organização pulsional dos sujeitos humanos, em que as tecnologias digitais e informacionais desempenham papel fundamental na organização da produção e reprodução social. No entanto, neste ensaio, nosso foco de discussão será a barbárie social como forma de subjetivação fetichizada do capital⁶.

Abordaremos, em primeiro momento, a crise da velha ordem do liberalismo social, como expressão da crise do Estado capitalista. Em seguida, exporemos as diferenças entre o liberalismo social e o neoliberalismo. O Estado político do capital que opera a barbárie social é o Estado neoliberal, a partir do qual se constitui a nova hegemonia do capital, resultante da subjetivação neoliberal. Esta implica um novo posicionamento do sujeito diante da contradição entre a "aparência" e a "essência" do modo de produção capitalista (FAUSTO, 1987). Depois, a partir da teoria do estranhamento em Lukács (2013) e da teoria da coisificação e do fetichismo de Marx (2015), abordaremos o modo de produção da subjetivação da barbárie social.

Isso significa, por exemplo, tratar o sociometabolismo da barbárie como sendo o processo social de deformação do indivíduo, fechado em sua autossuficiência, que

⁵ A palavra "bárbaro" surgiu na Grécia como palavra quase onomatopaica, para se referir a todos que não falavam nenhum dialeto grego, e que aos ouvidos helênicos, passavam a vida a pronunciar "bar-bar-bar". Os romanos adotaram o termo, redefinindo naturalmente o conceito. Para eles os "bárbaros" eram todos os povos que não falavam nem grego nem latim, portanto, "sempre foram os outros. Aqueles que eram diferentes do povo que estava contando a história" (GALINDO, 2022). Ao utilizarmos o termo "barbárie social" revertemos o significado da palavra: *os bárbaros somos nós!*. Isto é, a barbárie social é a barbárie interior à forma da civilização do capital em sua etapa de crise estrutural.

⁶ Este ensaio é um extrato do livro "Trabalho e Barbárie Social: Ensaio sobre o Capitalismo do Século XXI" (2023, no prelo), no qual abordamos a barbárie social não apenas como um modo de subjetivação estranhada, mas também como uma forma de estruturação das pulsões humanas. Nesse contexto, torna-se importante aprofundar o diálogo com a psicanálise (e a crítica da psicanálise) (TOMSIC, 2015; McGOWAN, 2023). Neste ensaio, a elaboração crítica baseia-se fundamentalmente em Freud a partir de Marcuse (1979; 1975). Ao esvaziar o horizonte político dos conflitos de classe e promover o "tribalismo" como o novo transformismo social (MAFFESOLI, 1992) ou a "dessubjetivação de classe" (ALVES, 2011), o capitalismo neoliberal, em última instância, elaborou um modo de organização da base libidinal dos indivíduos: a "dessublimação neoliberal". Neste livro, destacamos o outro elemento compositivo do sociometabolismo da barbárie: a base tecnológica informacional a partir da qual se organiza a estrutura subjetiva e pulsional do capital (as novas "máquinas semióticas") (BERARDI, 2018).

aceita a imediatividade de sua condição imposta pelo status quo social, sem veleidades de "transcendência" e sem verdadeira aspiração à autodeterminação. Segundo Lukács, trata-se do "indivíduo no estado de particularidade". Na era da barbárie social, a individualidade humana está fetichizada em um patamar histórico superior devido à profunda debilitação da consciência de classe. Portanto, o sociometabolismo da barbárie representa o regime sócio-histórico do novo conformismo moral do sujeito humano, a partir do qual se organizam suas percepções, valores, atitudes e comportamentos. Identificaremos como elementos estruturantes da subjetividade da barbárie social o "narcisismo da pequena diferença" e as formas de "ensimesmamento", isto é, o identitarismo social e o "politicamente correto" (FRIEDMAN, 2018; ZHOK, 2020).

A crise do Estado capitalista

No começo da década de 1970, período da primeira recessão global após a Segunda Guerra Mundial, delinearam-se os traços do metabolismo social da nova temporalidade histórica do capital. A grande crise capitalista de 1973-1975 expôs a profunda crise do Estado capitalista. Na década de 1980, várias instâncias da vida social foram reestruturadas. Por exemplo, na política, tivemos o neoliberalismo; na produção, as novas tecnologias digitais/informacionais e a forma de gestão toyotista; na economia, a financeirização da riqueza capitalista e o poder do capital financeiro; no mundo do trabalho, a nova divisão internacional do trabalho e a forma flexível da precariedade salarial; na cultura, o pós-modernismo, o *ethos* neoliberal, as políticas de identidade e mudanças na forma de subjetivação. Aprofundou-se o debilitamento do sindicalismo e a crise dos partidos socialistas e comunistas por conta do desmonte da objetividade da classe operária, tendo em vista o novo (e precário) mundo do trabalho. O imperialismo dos EUA se reordenou e contra-atacou no plano geopolítico visando destruir a URSS. Intensificou-se a manipulação social e a disseminação da visão de mundo do pós-modernismo, dos novos valores da ordem neoconservadora e, como resultado, o sociometabolismo da barbárie.

Portanto, a crise do Estado capitalista ou da velha ordem liberal na década de 1970 foi "resolvida" com a constituição da nova materialidade política do capital: o Estado neoliberal, o Estado ampliado (sociedade política e sociedade civil). A

produção da sociedade civil neoliberal foi feita por meio das novas formas de subjetivação capitalista: o sociometabolismo da barbárie.

Nosso ponto de partida metodológico é o conceito de "crise estrutural do sistema do capital". É a partir dele que a crise capitalista é explicada em sua radicalidade. Não se trata de mais uma crise capitalista – é por isso que é a crise estrutural. Ao adotarmos o conceito de "crise estrutural do sistema do capital", operamos um curto-circuito temporal. O futuro não é mera continuidade do passado. O porvir está prenhe de manifestações qualitativamente novas que expõem a nova era do capitalismo global ou do capitalismo manipulatório em sua forma extrema: o hipnocapitalismo.

Com a crise do Estado capitalista, ou o Estado do liberalismo social, surgiu historicamente, como produto da luta de classes, uma nova forma política no interior da qual a dominação do capital iria se desenvolver: o neoliberalismo. O Estado neoliberal é o Estado da nova precariedade salarial e o Estado da dessubjetivação de classe (ou do desmonte da consciência de classe); é o Estado da "mais-manipulação"⁷, do ethos do particularismo e da violência simbólica (ou da ultraviolência). O Estado neoliberal é o "Estado do mal-estar" e da insegurança social. Enfim, é a materialidade política a partir da qual se constitui o novo poder do capital e da nova forma de subjetivação alienada.

Os conceitos de crise estrutural do sistema do capital e de sociometabolismo da barbárie nos remetem à crise permanente do "Estado de Bem-estar" e das democracias representativas, em decorrência da crise fiscal e da crise de legitimação. Um aspecto da crise estrutural, enquanto crise social crônica, é a crise da juventude proletária: o "preariado". Na sua forma originária, a crise da juventude se manifestou, por exemplo, nas décadas de 1950 e 1960 nos EUA e Reino Unido, com as gangues de delinquentes, a contestação juvenil e a contracultura⁸. Mais tarde, com o capitalismo neoliberal da década de 1980, a crise da juventude se manifesta – por

⁷ Parafrazeamos os conceitos de "mais-repressão" e de "mais-desempenho" criados por Herbert Marcuse em "Eros e Civilização" (1955) para caracterizar o excesso de "repressão" e "desempenho" que caracteriza a ordem do capital (ou como ele diz, a sociedade industrial).

⁸ O cinema de Hollywood retratou com vigor a rebeldia juvenil que ocorria nas sociedades capitalistas afluentes no período histórico da "alta modernidade". É o caso, por exemplo, dos filmes clássicos "Juventude Transviada", de Nicholas Ray (1955) e "O Selvagem", de Lászlo Benedek (1953) (ou ainda "Os Incompreendidos", de François Truffaut, de 1959). Enfim, o tema da crise da juventude tem sido até hoje, objeto da filmografia mundial, demonstrando a crise da juventude é um aspecto ineliminável da crise estrutural do sociometabolismo do capital.

exemplo - no drama do "precariado", considerado por nós como sendo a camada social do proletariado jovem altamente escolarizado e inserido em situações de desemprego e trabalho precário. A crise da juventude é a crise da futuridade, sendo isto um aspecto importante do sociometabolismo do capital (STANDING, 2013; ALVES, 2013).

A crise da ordem liberal e o neoliberalismo

A crise do liberalismo social é a manifestação fenomênica da crise do Estado capitalista fordista-keynesiano (HARVEY, 1991) diante das contradições abertas pelo novo tempo histórico. A crise estrutural do sistema capitalista minou a base material de legitimidade (e eficácia) das instâncias ideopolíticas do liberalismo social. Como resultado histórico da derrota da classe operária na década de 1970, o neoliberalismo se tornou governo no Reino Unido (em 1979) com a primeira vitória eleitoral de Margaret Thatcher, do Partido Conservador; e nos EUA (em 1980) com a primeira vitória eleitoral de Ronald Reagan, do Partido Republicano. A partir daí, constituiu-se efetivamente o Estado capitalista neoliberal.

A crise estrutural do sistema capitalista nas décadas de 1960 e 1970 evidenciou a necessidade de uma nova subjetivação capitalista. O discurso da velha ordem liberal baseava-se na "ordem natural das coisas" e nas imposições de uma exterioridade para legitimar o poder burguês (como, por exemplo, a Igreja tradicional e o Estado social burocrático). No entanto, enquanto atua como força de conservação do Estado capitalista, a ideologia liberal teve de acompanhar o desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista, adaptando-se às mudanças profundas na materialidade do capital, decorrentes do avanço das forças produtivas e das relações sociais de produção, e até mesmo na correlação de forças entre as classes sociais. A crise da antiga subjetivação do liberalismo social indicou a necessidade de constituir uma nova forma de subjetivação liberal, adequada à era da crise estrutural do sistema capitalista.

Podemos distinguir diferenças entre o liberalismo clássico, o liberalismo social e o neoliberalismo no que se refere às formas de subjetivação, ou seja, à posição do sujeito diante da contradição essencial entre capital e trabalho. A ideologia liberal derivou da contradição entre a aparência e a essência do modo de produção

capitalista, isto é, a contradição entre a esfera da circulação mercantil, onde as pessoas aparecem superficialmente (aparência) como indivíduos iguais, detentores de propriedade, livres e racionais; e a sua essência, ou seja, as pessoas são membros de classes sociais inerentemente desiguais, atuando como sustentáculos de relações sociais que se reproduzem de maneira cega e infinita (FAUSTO, 1987). A contradição crucial do pensamento liberal está enraizada no próprio modo de produção capitalista.

Na aparência da circulação, trabalhadores e capitalistas trocam equivalentes, mas sob essa superfície, em sua essência, reside o oposto. A reprodução contínua da relação social de produção revela a base do sistema, ou seja, que o trabalho morto se alimenta do trabalho vivo e que tal relação era de fato uma relação entre desiguais, uma relação através da qual a classe capitalista se apropria da riqueza produzida pela classe trabalhadora.

O liberalismo clássico

O liberalismo clássico se caracteriza pela defesa da liberdade de comércio, do mercado livre – particularmente no que diz respeito à compra e venda da força de trabalho – e da estabilidade do padrão monetário. Ele destaca o caráter espontâneo e benéfico do sistema econômico capitalista. A "mão invisível" garante que existe uma coincidência entre o interesse individual e o interesse geral, constituindo-se, assim, em uma justificativa para restringir ao máximo a atuação do Estado (que deve prover apenas infraestrutura, defesa, segurança e justiça), permitindo total liberdade de ação aos interesses privados.

O liberalismo clássico enfoca o aspecto formal da relação entre trabalho assalariado e capital, ressaltando e acentuando o lado positivo e superficial do modo de produção capitalista (seu primeiro momento) a fim de impedir uma compreensão aprofundada de sua natureza (ou de seu segundo momento).

O liberalismo social

O liberalismo social emergiu historicamente quando a aparência do modo de produção foi desmentida pela prática histórico-social (a luta de classes), tornando-se perigoso para os capitalistas se apegarem apenas à forma da relação social de

produção. Isso ocorreu quando a conservação do sistema foi ameaçada pela radicalidade das lutas sociais de classe e pelas crises econômicas que as aprofundaram ainda mais (décadas de 1930 e 1940). Nesse contexto, a ideologia não pode mais se sustentar somente na aparência da relação social; é necessário agora levar em conta a essência dessa relação.

A fórmula que emerge da ideologia do liberalismo social consiste em apresentar a essência, não como essência em si, mas como diferença: há duas forças sociais em confronto, distintas entre si - uma é mais fraca que a outra; uma consome insuficientemente e a outra poupa demais; uma não encontra ocupação e a outra não cria ocupações em quantidade suficiente para manter a paz social. Assim, a essência do capitalismo não aparece nessa visão política como exploração, mas sim como má distribuição de renda e riqueza, como diferença e desigualdade que o reformismo pode alterar.

O liberalismo social caracterizou o Estado fordista-keynesiano ou social-democrata após a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, cabe ao Estado atuar como força equilibradora. A política econômica keynesiana e a política social-democrática começaram a ocupar o centro do cenário a partir dos anos 1930 do século XX. A realidade da grande indústria capitalista desenvolvida, a luta de classes e o movimento operário na primeira metade do século XX minaram a aparência isonômica do sistema (a desigualdade aparecia não como contradição, mas como diferença) (FAUSTO, 1997). O otimismo do liberalismo clássico transformou-se no cauteloso liberalismo social: reconheceu-se que a mão invisível do mercado precisa, até certo ponto, do poderoso braço do Estado, que deve regular ativamente a atividade econômica. A comunidade ilusória do Estado capitalista aparece como uma comunidade econômica capaz de garantir o bem-estar de cada indivíduo. David Harvey (1992) chamou essa comunidade econômica de "compromisso fordista".

O neoliberalismo

No neoliberalismo, o Estado deve ser um agente econômico ativamente passivo. Ele deve criar ativamente as condições para a acumulação de capital, proteger os monopólios das crises econômicas, enfraquecer o poder dos sindicatos dos trabalhadores assalariados, despojar os trabalhadores da seguridade social,

privatizar empresas públicas e transformar a oferta de bens públicos (como estradas, portos etc.) em serviços mercantis. Além disso, o Estado deve não apenas remover os obstáculos ao funcionamento dos mercados e das empresas, mas também criar condições para que operem de maneira lucrativa, já que vivemos na era da queda da taxa de lucratividade do capital (a grande crise capitalista de meados da década de 1970 foi uma crise de lucratividade). Essa é a particularidade histórico-concreta do neoliberalismo em relação ao liberalismo social.

No liberalismo clássico, o Estado nunca pode atuar como agente econômico. No neoliberalismo, o Estado deve preencher ativamente as lacunas da malha financeira e produtiva, mas deve fazê-lo, sempre que possível, não por meio de suas próprias empresas, mas preferencialmente delegando atividades econômicas complementares às empresas privadas por meio de contratos de gestão (as Parcerias Público-Privadas).

Tal como o liberalismo social, o neoliberalismo reconhece a contradição entre capital e trabalho assalariado, embora de maneira velada. No entanto, diferentemente do liberalismo social, a contradição e a disposição para o conflito social devem ser necessariamente bloqueadas por meio da "dessubjetivação de classe". Dessa forma, a contradição entre capital e trabalho deve ser objetivamente neutralizada através da política (subjetivação) de "fragmentação de classe" e do enfraquecimento social e político das instituições de defesa do trabalho (partidos e sindicatos de classe).

Assim, a nova forma de legitimação política (e de subjetivação social) ocorre por meio da "hiper-manipulação" e da construção de uma ordem moral - não apenas uma ordem natural - capaz de instituir um novo consentimento a ser buscado "de dentro" do indivíduo, e não mais através de dispositivos "exteriores" e seus braços poderosos (Deus e Estado-Providência). Desse modo, a ordem neoliberal busca consentimento por meio da "moral do mercado" e da concorrência (e competição) exacerbada, consolidando novas formas de subjetivação alienada. Isso resulta em um novo ambiente social capaz de moldar o sujeito neoliberal como "neosujeito" ou sujeito competitivo, que se diferencia do sujeito produtivo da era do liberalismo social (DARDOT e LAVAL, 2016). A carga psíquica do novo ethos social e da "hiper-manipulação" é elevada, uma vez que o sujeito competitivo enfrenta ansiedade e depressão. Para se adaptar subjetiva e pulsionalmente, o sujeito neoliberal se

posiciona no limiar da "perversão comum". Na verdade, o perverso tornou-se a regra subjetiva para a adaptação à ordem neoliberal (LEBRUN, 2022).

Mais-manipulação e a nova hegemonia do capital

A antiga ordem liberal da sociedade burguesa caracterizava-se por uma imensa e dispendiosa estrutura arquitetônica, como fábricas e prisões, sustentada por um corpo burocrático medíocre, repleto de interesses corporativistas e ineficiente para lidar com as novas condições de produção de mais-valor e de administração da ordem pública fragmentada pela crise social. O que se destacava no Estado capitalista liberal era o aspecto disciplinar e burocrático, com procedimentos minuciosos de controle panóptico. O Estado político é parte intrínseca do controle da ordem sociometabólica do capital. Assim, ele deve adequar-se ao novo sociometabolismo do capital e não o contrário, como supõe o voluntarismo político.

Nas décadas de 1960 e 1970, o enfraquecimento do sociometabolismo da antiga ordem disciplinar do liberalismo social, devido à crise da produção e reprodução capitalista e à ascensão da luta de classes, gerou a necessidade de um novo princípio de subjetivação capaz de resgatar a hegemonia social do capital. É importante considerar que a manipulação adicional que caracteriza o hipnocapitalismo decorre da necessidade de constituir a nova hegemonia do capital nas condições históricas de sua crise estrutural. A noção de "mais-manipulação" visa introduzir uma dimensão histórica na equação geral do capitalismo e manipulação de Lukács (ALVES, 2022). Assim como a noção de "mais-repressão" de Marcuse (1985), ela se identifica com o conceito de mais-valia de Marx, que é a medida da exploração da força de trabalho humana no capitalismo, distinta de outras sociedades de classe. Portanto, podemos afirmar que há um nível mínimo de manipulação, necessário e intrínseco ao funcionamento do capitalismo. Uma boa parte da manipulação no capitalismo neoliberal se tornou necessária por força de uma determinada forma histórica da civilização capitalista – a forma histórica da crise estrutural do sistema do capital. A maior parcela da manipulação no hipnocapitalismo consiste, de fato, em mais-manipulação, ou seja, manipulação a serviço do processo de subjetivação neoliberal e, conseqüentemente, a serviço do sociometabolismo da barbárie.

Embora a hegemonia não se restrinja à manipulação, a "mais-manipulação" foi necessária para a constituição da hegemonia do capital. Sobre o conceito de hegemonia, Raymond Williams (2011) afirma:

[...] a hegemonia não pode ser entendida em termos de mera opinião ou manipulação. É tudo um conjunto de práticas e expectativas; o investimento de nossas energias, nossa compreensão comum da natureza do homem e de seu mundo. Falo de um conjunto de significados e valores que, vivenciados como práticas, parecem se confirmar. A hegemonia, portanto, constitui um senso de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto porque é uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade se mover e que abrange muitas áreas da sociedade (WILLIAMS, 2011, p. 53).

O que o capital fez a partir da década de 1980 foi construir a hegemonia neoliberal, cuja base subjetivo-pulsional é a barbárie social. A "mais-manipulação" do hipnocapitalismo teve a função sociometabólica de construir essa hegemonia neoliberal. Em resumo, a crise estrutural do sistema do capital alterou o metabolismo social e o processo de subjetivação humana, evidenciando a necessidade de desenvolver "um conjunto de práticas e expectativas" ou, em termos pulsionais, "o investimento de nossas energias e nossa compreensão comum da natureza humana e de seu mundo". Buscou-se constituir nas novas gerações "um conjunto de significados e valores que, vivenciados como práticas", confirmam a hegemonia como senso de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade⁹. Dessa forma, o neoliberalismo estabeleceu a moral do neoconformismo capaz de instituir a legitimação social e ocupar, por exemplo, o vazio da ineficácia das instituições disciplinares do Estado social liberal.

O capitalismo neoliberal é o capitalismo da "fábrica da barbárie social", ou seja, o capitalismo da "captura da subjetividade" e do "novo panopticismo" (discutido no livro "Trabalho e Subjetividade", ALVES, 2011). As técnicas de subjetivação neoliberal visam manipular afetos e associá-los a situações específicas da vida e do trabalho. O núcleo do ser individual foi manipulado, moldando seu psiquismo para adaptar o

⁹ A construção social da hegemonia neoliberal significou esvaziar o sentido conflitivo do tempo passado. O neoliberalismo enquanto revolução cultural renega o passado de luta de classes, operando um curto-circuito temporal capaz de ressignificar a tradição histórica e a memória pública da luta coletiva. Eric Hobsbawm reconheceu isso quando observou o fenômeno da "presentificação crônica". A aceleração social e a "mais-manipulação" contribuem efetivamente para a elaboração de um "passado puro", esvaziado da negatividade da luta de classe, um passado "particularista" ressignificado pela singularidade e diferença do tempo presente (ZIZEK, 2012).

sujeito à nova precariedade salarial (a insegurança das novas formas de contratação trabalhista, as novas abordagens de gestão de metas e o trabalho precário) (ALVES, 2022) e às condições da "vida reduzida" (ALVES, 2016).

A manipulação adicional do hipnocapitalismo (a "mais-manipulação") visa fabricar a hegemonia neoliberal e produzir o conformismo moral adequado às condições da concorrência capitalista. Os indivíduos foram reduzidos ao "estado de particularidade" (o hipnocapitalismo é o "capitalismo do sono" - o sono do pensamento negativo ou da consciência de classe). Conformar-se moralmente significa consentir. O neoliberalismo gerou "consentimentos espúrios", manipulando afetos como medo e culpa.

As condições de sociabilidade no trabalho no capitalismo global (o capitalismo da superexploração do trabalho) são extremamente propícias para a produção de medo (e culpa). A insegurança salarial, os empregos precários e o desemprego em massa permitem que o sistema do "mais-desempenho" (MARCUSE, 1985) cultive os afetos mais regressivos da alma humana: o medo e a culpa. Ao mesmo tempo, deixado à própria sorte, o neossujeito competitivo sofre com o fracasso social. O sujeito competitivo tornou-se ansioso e depressivo, tendo em vista que a nova ordem neoliberal o condenou a competir e nem sempre ser bem-sucedido. Caso não consiga ter sucesso e alcançar as metas, o sujeito competitivo está condenado a se autoculpabilizar.

No passado, o liberalismo social promoveu a revelação progressiva da não-verdade da identidade entre capital e trabalho. A desigualdade aparecia não como contradição, mas sim como diferença. O liberalismo social substituiu a igualdade abstrata do liberalismo clássico, onde o Estado atuava como árbitro entre iguais, pela diferença pela diferença entre as partes. A luta de classes e o conflito social obrigaram a intervenção da identidade no seu contrário e a "atenuação" da contradição em diferença. Na verdade, a diferença é a categoria central do reformismo (FAUSTO, 1987).

O neoliberalismo – assim como o liberalismo clássico e o liberalismo social – mistifica a contradição entre as classes. Da mesma forma que no liberalismo social, a desigualdade entre as partes não aparece como contradição, mas sim como diferença. Entretanto, a regulação da diferença no neoliberalismo não é a mesma do liberalismo social – que era uma regulação estatal. O neoliberalismo "regula" a

diferença desregulamentando e subvertendo a materialidade do conflito de classe, bloqueando, enfim, a luta de classes por meio da "dessubjetivação de classe". Louis Baudin, um dos expoentes da corrente de pensamento neoliberal, teria afirmado: "O Estado deve ser um soberano que prepara sua própria abdicação." Portanto, o Estado neoliberal é aquele em que a nova ordem deve transcender o Estado político "exterior" do antigo liberalismo, instaurando o princípio da dominação capitalista no interior de cada indivíduo por meio da "captura" da subjetividade.

A dessubjetivação de classe e a subjetivação neoliberal operaram-se historicamente por meio de dois movimentos: (1) a destruição da consciência de classe e da perspectiva da luta entre capital e trabalho, enfraquecendo, assim, o ideal (e a prática social) do "coletivo" (o que ocorreu nas últimas décadas da globalização capitalista, a reestruturação produtiva e o declínio social-político e ideológico de sindicatos e partidos comunistas e socialistas); e (2) a disseminação do sociometabolismo da barbárie, caracterizado pela redução do indivíduo ao "estado de particularidade" (o particularismo). Nesse processo de subjetivação neoliberal, o papel da mídia foi fundamental como meio de comunicação de massa. Logo após a Segunda Guerra Mundial, Jacques Lacan observou que os perigos do futuro humano no século XX dizem respeito "[aos] meios de agir sobre a psique, e o manejo combinado de imagens e paixões que já foram usadas com sucesso contra o nosso julgamento, nossa resolução e nossa unidade moral, dará origem a novos abusos de poder" (LACAN, 2003, p. 125). Com as novas tecnologias informacionais, a técnica de manipulação neoliberal exacerbou seu poder de utilizar "paixões e imagens" visando fabricar a nova subjetivação capitalista. Marcuse (1985) e Lukács (1968) alertaram – cada um à sua maneira - sobre a nova forma de ser do neocapitalismo ou do "capitalismo manipulatório" (ALVES, 2022). No entanto, eles apenas estavam nos primórdios do capitalismo manipulatório que alcançaria seu patamar superior com o capitalismo global: o "hipnocapitalismo", produtor de um novo princípio de subjetivação social.

Estranhamento de particularismo

O filósofo Georg Lukács apresentou em sua "Ontologia do Ser Social" elementos teóricos para uma teoria do estranhamento capaz de fundamentar a crítica do capitalismo manipulatório, principalmente do capitalismo da "mais-manipulação" (o hipnocapitalismo). Ao enfatizar o particularismo ou a redução do indivíduo ao "estado de particularidade" como um elemento fundante (e fundamental) do estranhamento, Lukács revelou a verdadeira natureza da nova etapa do capitalismo manipulatório.

Em "Para uma Ontologia do Ser Social", Lukács estabeleceu uma autêntica fenomenologia da subjetividade com o intuito de elucidar as bases socioculturais do fenômeno do estranhamento (TERTULIAN, 2016). O filósofo húngaro diferenciou dois níveis de existência social: a humanidade em-si e a humanidade para-si.

A principal característica da humanidade em-si consiste na tendência de reduzir o indivíduo à sua mera "particularidade". Essa condição é vista como a barbárie social, uma forma histórica de distorção da natureza humana ou de estranhamento nas circunstâncias históricas do capitalismo desenvolvido. O particularismo, nesse contexto, representa o estranhamento fetichizado que impede o desenvolvimento humano como uma genericidade para-si - ou seja, a genericidade expressa na busca por uma "personalidade não mais particular" [*nicht mehr partikulere Persönlichkeit*].

Para Lukács, o ato teleológico [*teleologische Setzung*], considerado como fenômeno primordial e o princípio dinâmico da vida social, se divide em dois movimentos distintos: a objetificação [*die Vergegenständlichung*] e a exteriorização [*die Entäusserung*]. No âmbito do mesmo ato - a ação teleológica do trabalho - encontramos a conjunção, ou a possível divergência, entre esses dois momentos (objetivação e exteriorização), abrindo espaço para a possibilidade do estranhamento. Os dois movimentos podem convergir ou divergir, conforme a organização social. Contudo, Lukács valoriza o espaço de autonomia relativa da subjetividade em relação às demandas da produção e reprodução social. Mesmo diante de uma situação idêntica, como, por exemplo, a sociedade de classes, o espectro das reações subjetivas (a "exteriorização da interioridade" por meio da escolha moral) pode ser bastante amplo, variando desde a aceitação da ordem estranhada até sua rejeição (TERTULIAN, 2016).

O domínio do estranhamento está situado no "espaço interior" do indivíduo. O estranhamento é uma escolha moral do indivíduo, manifestando-se, por exemplo, pela contradição vivenciada entre, de um lado, a aspiração pela autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades (a omnilateralidade da personalidade humana); e, de outro, a conformação moral dos indivíduos diante das atividades que visam à reprodução do todo estranhado (o "homem unidimensional", conforme Marcuse, 1979). Dessa forma, a distorção entre objetivação e exteriorização (a produção social e a apropriação privada que caracterizam o todo social nas sociedades de classe) possibilita o estranhamento, à medida que o indivíduo se comporta como agente da reprodução social, aceitando o *status quo*; ou, em contrapartida, age como sujeito da autoexpressão de sua personalidade, realizando atos de resistência e oposição ativa. O indivíduo enclausurado em sua autossuficiência, aceitando a imediatidade de sua condição imposta pelo status quo social, sem anseio de "transcendência" e sem verdadeira aspiração à autodeterminação, é, para Lukács, o indivíduo em estado de "particularidade", o agente por excelência da humanidade em-si¹⁰. A transição para a verdadeira existência humana implica em "posicionar-se", assumindo uma forma de "dever ser" [*Sollen*] ou a vontade de reencontrar uma força ativa no âmago da consciência humana, contrapondo-se aos imperativos de uma existência social heterônoma.

A barbárie social representa o enfraquecimento da luta contra a inautenticidade¹¹. Segundo Lukács, os grandes conflitos histórico-sociais se transferem para o âmago da consciência dos sujeitos individuais: "A tensão entre 'autenticidade' e 'inautenticidade' é observada, por exemplo, na luta do sujeito para transcender sua mera particularidade e alcançar - sem excluir o declínio trágico a que está sujeito durante o embate - o patamar da verdadeira humanidade". Entretanto, a barbárie social neutraliza a tensão entre "autenticidade" e "inautenticidade", eliminando-a do horizonte subjetivo dos indivíduos. A barbárie social não é apenas o declínio trágico do sujeito no decorrer do conflito, mas a ausência do próprio embate

¹⁰ Através de exemplos literários, tomados principalmente da literatura do século XIX, mas recorrendo também a alguns grandes nomes da literatura do século XX (O'Neill, Elsa Morante, Styron, Thomas Wolfe ou Heinrich Boll), Lukács tenta traçar no seu texto "Elogio do século XIX", a linha divisória entre a "particularidade" dos sujeitos alienados e "o *nicht mehr partikuläre Persönlichkeit* que encarna a aspiração à autêntica humanidade".

¹¹ A luta contra o que Lukács chama de *die Unechtheit des Menschen*, foi o *leitmotiv* dos últimos escritos teóricos de Lukács (a parte final da "Ontologia do ser social" e páginas essenciais dos "Prolegômenos").

pela autodeterminação da personalidade e pela ruptura dos sedimentos da reificação e da alienação. O particularismo representa o confinamento das individualidades humanas na autossuficiência e na rejeição do *Sollen* (a transcendência do dado).

O particularismo é a forma ideológica específica do estranhamento nas condições históricas da sociedade do fetichismo social (não apenas o fetichismo da mercadoria, mas também outras formas de fetichismo social, como o fetichismo da tecnologia ou o fetichismo do dinheiro, por exemplo). Revelar o particularismo exige não apenas a teoria do estranhamento, mas também a teoria do fetichismo social. Ao qualificar historicamente o estranhamento, o fetichismo social surge como o elemento que confere opacidade e falta de transparência à dominação social.

Por exemplo, o conformismo social da ordem burguesa tardia, no qual o indivíduo se isola em sua autossuficiência, aceitando a imediatidade de sua condição imposta pelo status quo social, sem anseio por "transcendência" e sem verdadeira aspiração à autodeterminação, configura um conformismo fetichizado. O gozo (prazer alienado) leva o indivíduo a ser determinado pela exterioridade (LACAN, 1992).

Portanto, isolar-se no estado de "particularidade" é permitir-se ser guiado pelas determinações alienadas do aparato. Trata-se de tornar-se a "personificação da coisa" [*Personifizierung der Sachen*], que ocorre quando o sujeito é absorvido pelo funcionamento da coisa, transformando-o em um mero objeto ou, mais precisamente, em um sujeito-objeto atuante na reprodução "automática" da força alienante (como o mercado ou o poder imperialista, por exemplo).

Reificação, coisificação e fetichismo

Para a crítica da barbárie social a partir da crítica da economia política de Karl Marx, torna-se necessário criticar a economia psíquica do capital. Foi o que procuramos fazer ao incorporar *de modo ensaístico*, o marxismo ontológico (de Lukács), a crítica do metabolismo social da forma-valor e a psicanálise (Freud a partir de Marcuse e Lacan). Realizar a crítica do capital no século XXI requer a análise do sociometabolismo da barbárie. A crítica da economia política em si é insuficiente para a análise do capital no século XXI, na medida em que a barbárie social, ou o sociometabolismo da barbárie, se fundamenta em um processo específico de

subjetivação e de organização das energias pulsionais dos indivíduos – além da ordem da economia política propriamente dita¹².

Como fundamentar ontologicamente a necessidade da crítica da economia psíquica a partir da crítica da economia política feita por Marx? Para isso, é necessário elaborar, primeiramente, uma teoria do estranhamento (Lukács) e, em seguida, uma teoria da coisificação e do fetichismo (Marx), capaz de fundamentar a base materialista histórico-ontológica da processualidade da subjetivação e da organização pulsional dos indivíduos (Freud).

Ao tratar, nos "Manuscritos Econômico-Filosóficos" (1844), da "alienação-autoalienação", Marx expõe a necessidade do tratamento dialético (e materialista) dos processos de subjetivação das individualidades alienadas. Marx e Engels (2007) afirmam, na "Ideologia Alemã", que é o ser social que determina a "consciência" [bewusstsein] (ou, literalmente, consciência "do ser"). Contudo, podemos dizer também, da mesma forma, que a "consciência do ser" é consciência. Isso significa que a determinação histórica, materialista e dialética é uma determinação complexa ou "determinação determinada" (MÉSZÁROS, 2008, p. 57)¹³. Assim, "ser social-consciência", "alienação-autoalienação", "objetividade-subjetividade" são pares dialéticos. Outro ponto a destacar é que (2) por ser histórica, a determinação (complexa) evolui no tempo-espaço de maneira desigual e cumulativa, ou seja, ela está sujeita à passagem da quantidade à qualidade (saltos qualitativos) e a desenvolvimentos desiguais e combinados.

¹² Gyorgy Lukács (2020) observou, em uma entrevista de 1967, que "os seguidores de Freud têm buscado sustentar as ideias de Freud com a ajuda do marxismo", o que indicava – naquela época - um crescente interesse pelo marxismo no Ocidente. Provavelmente, Lukács tinha em mente figuras como Sartre, Adorno, Marcuse e Lacan. No entanto, a aproximação entre a crítica da economia política e a metapsicologia de Freud tem sido praticamente inexistente, tendo algumas experiências críticas esparsas (SCNHEIDER, 1973). Consideramos o diálogo entre marxismo e psicanálise fundamental para a elaboração de uma crítica à economia psíquica do capital, capaz de revelar os mecanismos do sociometabolismo da barbárie. Por exemplo, identificamos interessantes elementos para uma economia psíquica do capital na reflexão de Marcuse em "Eros e Civilização" (1955), com o conceito de mais-repressão; e nas reflexões de Jacques Lacan no "Seminário 20", também conhecido como "Ainda" ou "Encore", originalmente proferido entre os anos de 1972 e 1973, com o conceito de "mais-de-gozar". Atualmente, as reflexões inspiradas na psicanálise lacaniana de Slavoj Žižek (2019), Samo Tomšič (2015) e Todd McGowan (2023) são particularmente interessantes. Por outro lado, falta a Soren Mau (2023) e aos marxistas que discutem o metabolismo social da forma-valor (Tairako, 2017; Otani, 2018; Saito, 2021) um fundamento psicanalítico necessário, capaz de explicar, por exemplo, os mecanismos inconscientes da "captura" da subjetividade e da organização pulsional dos indivíduos sob as condições históricas do sociometabolismo da barbárie.

¹³ Sobre o significado de "determinar", ver WILLIAMS, 2007.

Isso implica que: (1) o capitalismo historicamente mais desenvolvido envolve ontologicamente um maior desenvolvimento da subjetividade humana (o processo de desenvolvimento do ser determina, de maneira intensa e extensa, o desenvolvimento complexo da consciência do ser); (2) o capitalismo historicamente mais desenvolvido significa, ontologicamente, capitalismo exposto à crise de seus fundamentos (a lei da tendência da queda da taxa de lucros) e às suas contradições fundamentais (e metabólicas); e (3) para que o sistema sobreviva a elas (crise e contradições cumulativas), a manipulação (e a mais-manipulação) da luta de classes (oculta) e da subjetividade (contingente) das massas torna-se efetivamente uma necessidade sistêmica. Autores como Paulo Netto (2015) reconhecem que a manutenção funcional do capitalismo tardio tem como seu elemento axial a "reificação" – o que explica a resistência histórica do sistema capitalista, cuja falência histórica a crítica teórica vem anunciando há muito (o termo correto – *verdinglichung*, traduz-se por "coisificação"). Contudo, com a crise estrutural do capital, a coisificação e o fetichismo se exacerbam em termos diretamente proporcionais à manifestação da crise e suas contradições (o que explica a mais-manipulação). É nesse sentido que se coloca a importância da crítica da economia psíquica do capital adequada à época histórica de sua crise estrutural, quando a manipulação extra explícita o modo específico de operação qualitativamente novo dos elementos axiais de reprodução sistêmica (reificação, coisificação e fetichismo).

Encontramos em Karl Marx uma teoria da reificação [*Versachlichung*] e da coisificação [*Verdinglichung*]. A língua alemã possui duas palavras que representam a "coisa" [*la chose* em francês]: *Sache* e *Ding*, que têm significados diferentes, mesmo no alemão comum. *Sache* significa negócio, caso, causa (política ou social), resumidamente algo que deve sua existência a complexas relações sociais como pano de fundo; enquanto *Ding* representa uma coisa natural ou material. Marx considera que a essência comum da mercadoria, do dinheiro e do capital é serem relações entre pessoas convertidas em relações entre coisas.

Existem dois níveis diferentes de conversão de *Sache* em *Ding*. Na primeira fase (1), as relações entre os produtores de mercadorias se convertem em relações entre coisas [*Sachen*]. A mistificação das relações econômicas dá o primeiro passo com a coisa [*Sache*] representando uma relação social. A passagem das relações entre pessoas para relações entre coisas é a "reificação" (as coisas se interpõem entre

as pessoas). A reificação é um processo da objetividade (e subjetividade) do ser social capitalista. Na segunda fase (2), a conversão dá mais um passo (de *Sache* para *Ding*). A dimensão das relações entre as coisas [*Sachen*] é "removida"; e uma coisa [*Ding*] "se mostra" como portadora de propriedades diferentes. Por exemplo, lucro, juros e a renda da terra são, em essência, nada mais do que fenômenos que expressam diferentes formas de sobretrabalho objetificado que o capital industrial extrai gratuitamente dos trabalhadores assalariados. No entanto, no nível fenomênico, suas relações com o trabalho excedente dos trabalhadores são completamente removidas: os meios de produção, o dinheiro e a terra "parecem ser" dotados pela natureza com a capacidade de gerar espontaneamente lucro, juros e renda da terra como seus frutos. Esse tipo de mistificação das relações econômicas na fase final é denominado "coisificação" [*Verdinglichung*], que significa a conversão de *Sache* em *Ding*, e é conceitualmente diferente da "reificação" [*Versachlichung*], que significa a conversão da pessoa em coisa [*Sache*] (LUKÁCS, 2018; TAIRAKO, 2017).

Na primeira fase de conversão, as relações sociais dos sujeitos "aparecem" como relações entre coisas [*Versachlichung der Person*]. Quando as coisas [*Sache*] adquirem o poder social para decidir o destino dos sujeitos produtivos, surge outra categoria: o conceito de *Personifizierung der Sachen* ou a "personificação das coisas". As coisas se interpõem entre as pessoas, e as pessoas as representam, tendo em vista que as coisas como mercadoria e dinheiro – por exemplo, não podem se movimentar no mercado por sua própria vontade. Para que possam funcionar socialmente como coisas, elas requerem agentes que movimentem as coisas ou sujeitos que representem subjetivamente as funções das coisas.

Observemos que a fenomenologia de *Sache* e *Ding* são operadas – a todo momento – pelas pessoas, tendo em vista que elas (as coisas) não podem se movimentar no mercado por sua própria vontade. A vontade (e o desejo) é das pessoas que as conduzem (ou são conduzidas). Inapelavelmente, se põe a dimensão da subjetividade dos indivíduos (produtores). É nesse sentido que a "personificação das coisas" [*Personifizierung der Sachen*] faz com que elas se tornem coisas [*Ding*]. Assim, este tipo de mistificação das relações econômicas em que *Sache* se converte em *Ding* é denominado "coisificação" [*Verdinglichung*]. Isto é o processo de subjetivação fetichizada do capital (veremos adiante o que é o fetichismo).

Dessa forma, o capitalismo só funciona como sistema econômico porque os produtores aceitam e satisfazem (a dimensão do consentimento e coerção) as funções das coisas e seus requisitos de funcionalidade. O funcionamento da produção e reprodução do sistema é mediado pela subjetividade dos agentes sociais. Existe um gozo nesta operação de funcionalidade. Os sujeitos - por sua própria vontade subjetiva – agem ativamente como agentes fiéis das coisas. Assim, um produtor de mercadorias opera como sendo uma mercadoria personificada; e um detentor de dinheiro, opera como sendo dinheiro personificado. Esta é a dimensão estrutural do sistema, a posição do capital enquanto modo de metabolismo social (que entretanto, não exclui a luta de classe como contingência – os agentes sociais podem ser infiéis às coisas, o que é o campo da subjetivação da negatividade. Mas, deixados por si só, a estrutura funciona: eis a função da manipulação e da "mais-manipulação").

A "personificação das coisas" [*Personifizierung der Sachen*] nos mostra que a ação realizada pelas pessoas, embora atuem de acordo com sua livre vontade, não passa de função das coisas, com vontade e consciência das pessoas como portadoras das coisas. Nesse momento, as coisas [*Sachen*] se convertem em coisas [*Ding*]. Deixados de acordo com a consciência contingente – de acordo com sua "livre vontade" (o desejo de liberdade), os sujeitos não passam de agentes do funcionamento das coisas [*Ding*], que lhes aparecem como irremediáveis (coisas sócio-naturais).

A subjetivação independente das coisas [*Subjektivierung*] é baseada na atividade subjetiva por parte dos sujeitos. A troca de mercadorias só é possível porque os sujeitos portadores de mercadorias têm um desejo concreto de mercadorias e se reconhecem como detentores livres e iguais de mercadorias (a consciência contingente). O capitalista e o trabalhador assalariado se comportam ativamente como capital personificado e trabalho assalariado personificado. Embora os sujeitos atuem com vontade própria, eles agem de tal forma que o capital – como valor independente e auto-valorizante – é transformado em sujeito dominante no processo de produção.

A *Personifizierung der Sachen*, que converte *Sachen* em *Ding*, é a "coisificação". Ela diz respeito a um determinado processo de subjetivação que implica a vontade e o desejo. O sistema econômico reificado é mantido pela ação de sujeitos humanos com a consciência fetichizada. A reprodução coisificada do sistema é obra

do fetichismo social (ação consciente ou da consciência fetichizada dos agentes humanos).

A reificação leva à coisificação (ou personificação das coisas). Não só as coisas se interpõem entre os seres humanos (reificação), mas também os seres humanos se identificam com elas (exteriorização estranhada). A coisificação - a vontade livre ou o desejo concreto dos agentes que lidam com as coisas [*Sachen*] e que se deixam conduzir por elas (coisas como *Ding*) - é o que faz com que o sistema capitalista funcione e se reproduza. "Vontade livre" e "desejo concreto", no plano da contingência, estão a serviço da produção e reprodução da ordem metabólica do capital (por exemplo, os indivíduos que operam - com vontade, desejo e sentimento - as engrenagens da burocracia, cumprindo sua função inexoravelmente e sendo eles próprios, peças da engrenagem, exemplificam a "coisificação").

O entendimento conceitual acima apresenta como elemento fundamental (e fundante) para a crítica do capital, a crítica do processo de subjetivação fetichizado do capital (o poder das coisas enquanto *Ding*). A economia política é, fundamentalmente – embora não exclusivamente - a economia psíquica do capital. Ela é o núcleo racional da coisificação. Deste modo, nas sociedades produtoras de mercadorias, as relações sociais de produção aparecem como relações de coisas [*Sachen*] dotadas de propriedades sócio-naturais ("coisas sociais" que parecem naturais). A coisa [*Ding*] equipada com o poder social de governar sobre pessoas é o "fetiche" (lembrando que a coisificação ou o poder social das coisas decorre do processo de subjetivação fetichizado, isto é, a subjetivação que opera a coisificação produz o fetiche).

O fetichismo [*Fetichismus*] deve ser entendido como a consciência de produtores e outros agentes econômicos que "aceitam" a coisa [*Ding*] - o fetiche como fato social - externo, geral e coercitivo, tal como Durkheim conceituou "fato social" (2007). O fetichismo é a consciência invertida da reificação (e da coisificação). O conceito de fetichismo implica uma teoria da consciência do ser [*Bewusstsein*]: consciência contingente. A consciência fetichizada é a consciência contingente. O processo de subjetivação fetichizado significa a formação do indivíduo adequado para conduzir as coisas [*Ding*] ou o fetiche. O fetichismo é a consciência positiva das coisas que se inscreve na sociedade das mercadorias.

Contudo, o fetichismo é inevitavelmente a consciência "natural" das sociedades produtoras de mercadorias, sendo expressão do domínio da pseudo-concreticidade (KOSIK, 1976). Deixado por si só, o fetichismo se impõe, constituindo a objetividade como subjetividade social, envolvendo não apenas a consciência, mas a pré-consciência e o inconsciente dos sujeitos psíquicos (o território da "captura da subjetividade") (ALVES, 2011).

Considerações finais

A discussão da barbárie social remete à análise do particularismo enquanto construção ideológico-moral (hegemônica) do capital no processo de subjetivação fetichizada. Como modo de operação da coisificação, o particularismo gera o regime do neoconformismo moral, fazendo com que indivíduos "com o ego enfraquecido" (MARCUSE, 1998) se rendam às políticas identitárias (ZHOK, 2022), à ideologia do "politicamente correto" e à sacralização das vítimas (FRIEDMAN, 2018). Contudo, há uma situação histórica que explica a dominância do particularismo e da subjetivação fetichizada no capitalismo neoliberal: a crise e a reestruturação capitalista a partir da década de 1970, a verdadeira ofensiva do capital na produção e reprodução social (a organização do trabalho e novas tecnologias), o enfraquecimento das instituições de defesa da classe (partidos e sindicatos) ou instâncias de produção da "consciência necessária" de classe, e a derrota do movimento operário e a crise da ideologia socialista e das representações coletivas.

A ofensiva do capital não foi apenas social e política, mas também cultural e psicológica: a "revolução do pós-modernismo" e a neocolonização da linguagem na década de 1980, operando a fragmentação ético-política da perspectiva de classe e da luta de classes, reduzindo os indivíduos aos seus interesses particularistas e introspectivos (o fechamento na esfera dos sentimentos e a derrocada da razão histórica). Portanto, é a história da luta de classes que explica por que as determinações reificadas, coisificadas e fetichizadas da ordem do capital se tornaram exacerbadas na cena social. Não se tratou do processo sócio-natural da ordem das coisas, mas do produto da luta de classes sob as condições materiais adversas do capitalismo do século XX. Fomos historicamente derrotados pelas coisas, e o neoliberalismo e a barbárie social são resultados históricos disso.

O poder do fetichismo, que provocou a "ruptura do fluxo social do fazer" (HOLLOWAY, 2003) - o "fazer coletivo" na perspectiva de classe -, foi um resultado histórico objetivo e subjetivo da rendição das forças sociais e políticas de esquerda comunista e socialista ao corporativismo social e à politicidade estranhada, perdendo a capacidade ideológica de enfrentar a concorrência (o que explica a generalização da lei do valor). Na medida em que a totalidade social é constituída em si e para si, pela concorrência dos múltiplos capitais e pela concorrência entre os próprios proletários, sua forma de sociabilidade incorporou o espírito do particularismo.

Ao Estado neoliberal, não interessa a coesão social. Pelo contrário, a fábrica da barbárie social é um produto legítimo do Estado neoliberal - sociedade política e sociedade civil. O que interessa à sua reprodução é a fragmentação social, o "tribalismo" do mundo e a cultura do narcisismo (LASCH, 1983), que se tornaram o modus operandi da ordem neoliberal. A subjetivação neoliberal organiza a "desagregação da humanidade", cujo resultado efetivo são a ultraviolência e as formas de predação do outro. O que nos resta é ir além da economia política e desvelar a nova economia psíquica do capital, tratando-a não apenas como o modo de subjetivação exposto acima, mas também como forma de organização das energias pulsionais - os investimentos libidinais que sustentam a fábrica da barbárie social.

Referências

ALVES, G. **O triunfo da manipulação**: Lukács e o século XXI. Marília: Projeto editorial Práxis, 2022.

ALVES, G. **Dimensões da precarização do trabalho**: Ensaios de sociologia do trabalho. Marília: Projeto editorial Práxis, 2013.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

ALVES, G. **A tragédia de Prometeu**: A degradação da pessoa humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório. Marília: Projeto editorial Práxis, 2016.

"BIFO" BERARDI, F. **Fenomenología del fin**: Sensibilidad y mutación cognitiva. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

FAUSTO, R. **Marx: Lógica & Política**. Tomo II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

FREUD, S. **Psicologia das massas, Análise do Eu e outros textos**. Obras Completas, Volume 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos. Obras Completas Volume 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FINESCHI, R. **Capitalismo crepuscolare**. Roma: Approssimazioni, 2022.

FRIEDMAN, J. **Politicamente correto**: il conformismo morale come regime. Milano: Meltemi, 2018.

GRIMAL, P. **Dicionário da mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, 1951.

GALINDO, C. W. **Latim em pó**: Um passeio pela formação do nosso português. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

HABERMAS, J. **A crise de legitimação do capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1980.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo**: A vida americana numa era de esperanças em declínio. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

LACAN, J. **O Seminário 17**: O avesso da psicanálise. São Paulo: Zahar editora, 1992.

LACAN, J. **O Seminário 20**: Mais, ainda. São Paulo: Zahar editores, 2008.

LEBRUN, J. **A perversão comum**: Viver junto sem outro. São Paulo: Companhia de Freud, 2008.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**: Ensaio sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

LUKÁCS, G. **Essenciais são os livros não escritos**: Últimas entrevistas (1966-1971). São Paulo: Boitempo editorial, 2020.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

MAFFESOLI, M. **A transfiguração do político: A tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MARCUSE, H. **Eros e Civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial (O homem unidimensional)**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

MARCUSE, H. A obsolescência da psicanálise. In: MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. Volume 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MAU, S. **Mute Compulsion: A Marxist Theory of the Economic Power of Capital**. London: Verso, 2023.

McGOWAN, T. **Capitalism and Desire: The Psychic Cost of Free Markets**. New York: Columbia University Press, 2023.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

OTANI, T. **A Guide to Marxian Political Economy**. What Kind of a Social System Is Capitalism?. New York: Springer, 2018.

SMITH, M. E.G.; BUTOVSKY, J; WATTERTON, Josh. **Twilight Capitalism**: Karl Marx and the decay of the profit system. Manitoba: Fernwood Publishing, 2021.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Instituto Caio Prado, 2015.

PIQUERAS, A. **De la decadência de la política em el capitalismo terminal: Um debate crítico com los “neo” y los “post” marxismos. Também com los movimientos sociales**. Barcelona: El viejo topo, 2022.

SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. São Paulo: Boitempo editorial, 2021.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SCHNEIDER, M. **Neurose e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

TERTULIAN, N. **Lukács e seus contemporâneos**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

TAIRAKO, T. "Versachlichung and Verdinglichung: Basic categories of Marx's Theory of Reification and their logical construction". **Hitotsubashi Journal of Social Studies**, 48, pp.1-26. Tokyo: Hitotsubashi University, 2017.

TOMSIC, S. **The capitalista unconscious**. London: Verso, 2015.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

ZIZEK, S. **Incontinence of the Void**: Economico-Philosophical Spandrels. New York: MIT Press, 2019.

ZHOK, A. **Critica dela ragione liberale**: Uma filosofia dela storia corrente. Milano: Meltemi, 2020.